

# CONSERVADORISMO CONDICIONAL *EX POST* A LEI 11.638/07: UM ESTUDO SOBRE A QUALIDADE DO LUCRO CONTÁBIL EM EMPRESAS LISTADAS NA BM&FBOVESPA

## RESUMO

Este estudo investiga o conservadorismo condicional como reflexo da qualidade do lucro contábil *ex post* a promulgação da Lei 11.638/07. Utilizando-se do Modelo de Basu (1997) em uma amostra de 169 empresas de capital aberto listadas na BM&FBovespa, foi analisado o período compreendido pelas divulgações das demonstrações contábeis do 1º trimestre de 2010 ao 2º trimestre de 2011. A seleção do período deu-se em função de que a obrigatoriedade da adoção completa dos pronunciamentos contábeis foi exigida apenas na entrega das demonstrações contábeis do último trimestre de 2010 e, sendo assim, seus efeitos sobre a qualidade do lucro seriam melhor averiguadas após este período. Os resultados apontaram ainda significância estatística para os coeficientes que capturam o efeito do conservadorismo condicional sobre o lucro contábil trimestral, indicando que o conservadorismo diminuiu após a obrigatoriedade da adoção completa das novas normas contábeis para as companhias de capital aberto listadas na BM&FBovespa, uma vez que o sinal obtido para o coeficiente, ao contrário do que se espera, foi negativo e não positivo, contrariando os achados de Santos *et al.*, (2011) cujo estudo não identificou significância estatística para esta variável, arguindo não haver conservadorismo nas demonstrações compreendidas entre o primeiro trimestre de 2005 até o terceiro trimestre de 2009.

**Palavras-chave:** conservadorismo condicional; Modelo de Basu; qualidade do lucro; normas internacionais de Contabilidade.

## 1 INTRODUÇÃO

A *Information Approach* (abordagem da informação) concebe a Contabilidade como a linguagem dos negócios (HORNGREN, 1974; IJIRI, 1975; RIAHI-BELAKOUI, 1995; HENDRIKSEN. VAN BREDA, 1999) sendo considerada como um meio de transmissão de informação de suporte ao processo de tomada de decisões para os agentes econômicos (LOPES, 2002; SARLO NETO, 2004). Neste contexto, comunicar de forma eficaz e tempestivamente a composição do patrimônio da entidade é o principal objetivo da Contabilidade. A análise da informação na perspectiva da *information approach* conduz à questão de como se pode avaliar a relevância de um conglomerado de informações que subsidiem as decisões dos investidores. Esta abordagem concebe a Contabilidade no seu papel de fornecedora de informações para os agentes econômicos. Nesta perspectiva, a Contabilidade deve ser avaliada, conforme Lopes (2002), a partir de sua capacidade de fornecer informações que sejam úteis ao processo decisório.

O papel das informações transmitidas pela Contabilidade é relevante para o desenvolvimento dos mercados financeiros, em litígios e monitoramento de contratos entre os agentes econômicos. As informações contábeis buscam reduzir a assimetria de informação, os custos de transação, bem como melhorar a qualidade das informações para o processo de

comunicação na tomada de decisões. Assim, para que a linguagem contábil cumpra de maneira eficiente o seu papel como instrumento facilitador do processo de comunicação entre os agentes, é necessário haver um consenso entre as partes envolvidas, principalmente no que se refere às regras sintáticas e semânticas adotadas na elaboração e divulgação das demonstrações contábeis (ADELBERG, 1979). Este consenso também sustenta as discussões sobre a harmonização das práticas contábeis e seu impacto no mercado de capitais.

Santos *et al.*, (2011) salientam que a existência de padrões internacionais de contabilidade afetam a qualidade da informação, facilitando a avaliação e a comparação de desempenho de companhias que necessitam divulgar suas demonstrações em vários países. Destacam que a institucionalização de padrões internacionais permite que os agentes façam julgamentos e tomem decisões sobre os resultados divulgados pelas empresas, com base em um corpo homogêneo de conceitos e critérios de mensuração. Embora homogêneas, as normas internacionais mostram-se também abrangentes em alguns aspectos, permitindo vários procedimentos contábeis distintos de divulgação para uma mesma transação contábil.

Embasados em pressupostos similares, o *International Accounting Statements Boards* (IASB) promoveu grande avanço por meio do acordo IASC/IOSCO, de 1995, desenvolvendo um conjunto de padrões de divulgação financeira internacionalmente reconhecido. As companhias abertas dos países da União Européia têm elaborado suas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais desde 2005. No Brasil, a convergência ao modelo contábil internacional foi intensificada após a reforma da Lei 6404/76 e emissão de novos Pronunciamentos Contábeis similares às normas internacionais de contabilidade, dentre outras medidas promovidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A emissão de tais normas internacionais objetiva também, restringir a ação da administração quanto às práticas contábeis permitidas e exigir métricas que refletem de maneira mais adequada o desempenho e posição econômica das companhias, tendo em vista que a limitação de alternativas é capaz de aumentar a qualidade das informações contábeis, uma vez que se restringem as ações oportunistas da administração na determinação de valores contábeis (BARTH, LANDSMAN, LANG, 2008).

O IASB e o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) buscam, essencialmente, atribuir maior confiabilidade às informações contábeis. A confiabilidade é entendida como o atributo para conferir mais legitimidade à realidade econômica, financeira e patrimonial das companhias. Isto pode, essencialmente, ser melhorado ao restringir a rotulação de procedimentos sintáticos para ser aplicados no processo de mensuração, reconhecimento e divulgação de eventos econômicos. Não obstante, ao reduzir a rotulação de procedimentos sintáticos da contabilidade, pode incorrer no aumento da subjetividade decorrente da interpretação dos fatos econômicos. Portanto, pode-se intensificar a ação oportunista dos gestores das companhias. A materialização das ações oportunistas dos gestores, também pode ser observada ao considerar as flexibilidades inerentes à fiel aplicação do Conservadorismo Condicional.

O conservadorismo Contábil é o elemento de maior impacto na qualidade da informação reportada, sendo, portanto, o cerne das discussões entre regulamentação e qualidade da informação Contábil. Há uma vertente na literatura que defende o papel atribuído ao conservadorismo por ser um mecanismo eficiente na redução da discricionariedade e da subjetividade dos administradores na divulgação do lucro Contábil. Sob esta perspectiva, uma maior regulamentação tenderia a diminuir o conservadorismo (IASB, 1989). Por outro lado, argumenta-se que um ambiente altamente regulamentado tenderia a aumentar o nível de conservadorismo, sendo este considerado como

reconhecimento assimétrico entre o grau de verificabilidade exigido para o reconhecimento de receitas e ativos em comparação ao reconhecimento de despesas e passivos, fato que induziria ao reconhecimento de “más notícias” mais oportunamente nos resultados contábeis (WATTS, 2003).

Antunes (2011) identificou na literatura três conceituações distintas de conservadorismo contábil. A primeira faz referência ao grau de verificabilidade exigido para se reconhecer receitas em relação às despesas na demonstração do resultado do exercício. A segunda “advém da máxima de postergar receitas e antecipar despesas”, (BLISS, 1924, *apud* WATTS, 2003, p. 208) implicando em uma defasagem temporal no reconhecimento de um e outro. A terceira advém da submensuração do Patrimônio Líquido no Balanço Patrimonial. Coelho (2007) apresenta duas formas de conservadorismo, o conservadorismo condicional que refere-se à antecipação contábil de perdas econômicas, reconhecendo as más notícias de forma mais oportuna e assimétrica em detrimento as boas notícias, e o conservadorismo incondicional que pressupõe de forma similar à terceira conceituação de Antunes, a subavaliação do Patrimônio Líquido.

A partir do contexto apresentado, e considerando ainda a menção de Santos e Costa (2008) sobre a escassez de pesquisas brasileiras que demonstrem o efeito da regulamentação sobre o grau de conservadorismo na evidenciação das informações contábeis no mercado de capitais, a questão de pesquisa orientadora do estudo, resume-se em saber: **qual o reflexo da promulgação da lei 11638/2007 na qualidade do lucro contábil das empresas brasileiras mensuradas pelo reconhecimento assimétrico de perdas e ganhos?** Especificamente, o estudo visa investigar o conservadorismo condicional como reflexo da qualidade do lucro contábil *ex post* a promulgação da Lei 11.638/07.

O estudo justifica-se mediante a constatação de lacunas a serem exploradas sobre os efeitos da publicação da Lei 11.638/07 no conservadorismo contábil. Em pesquisa realizada por Santos *et al.*, (2011) cujo objetivo consistiu em investigar o efeito da promulgação da Lei 11.638/07 sobre o grau de conservadorismo condicional dos resultados divulgados por empresas brasileiras listadas na BM&FBovespa, considerando o primeiro trimestre de 2005 ao terceiro trimestre de 2009, os resultados encontrados não se apresentaram significativos para a variável que representa o conservadorismo condicional no Modelo de Basu (1997), indicando que a promulgação da Lei 11.638/07 não havia causado efeito algum sobre o grau de conservadorismo contábil. No entanto, os achados de Santos *et al.*, (2011) foram limitados e inconclusivos em função do período de tempo abrangido pelo estudo, pois a institucionalização dos padrões internacionais ainda se encontrava em processo, sendo a obrigatoriedade da divulgação completa dos pronunciamentos contábeis exigida apenas na entrega das demonstrações contábeis do último trimestre de 2010, e, portanto, seus efeitos sobre a qualidade do lucro provavelmente seriam averiguados após este período. Desse modo, os achados podem surpreender se for constatada redução substancial na consideração dos eventos econômicos provenientes do Conservadorismo Condicional após a vigência da Lei 11.638/07.

O artigo está estruturado em cinco seções, considerando a introdução. Na próxima seção apresenta-se o arcabouço teórico, contemplando a utilização do modelo desenvolvido por Basu (1997) sobre a investigação do reflexo do conservadorismo no lucro. Na sequência é descrito o percurso metodológico traçado para a consecução do estudo, para que então, os resultados da pesquisa sejam apresentados. Por fim, são expostas as considerações finais do estudo com reflexões e sugestões para o desenvolvimento de pesquisas futuras sobre a temática abordada.

## 2 O CONSERVADORISMO E O MODELO REVERSO DE LUCROS ASSOCIADOS A RETORNOS

As três conceituações sobre conservadorismo contábil identificadas por Antunes (2011) remetem a dois tipos distintos de conservadorismo: condicional e incondicional. De acordo com Coelho (2007) o conservadorismo condicional corresponde à antecipação contábil de perdas econômicas, ainda não realizadas, com base em eventos negativos, ou seja, reconhece as más notícias de forma mais oportuna e assimétrica em detrimento as boas notícias. O conservadorismo incondicional pressupõe a subavaliação do Patrimônio Líquido, pois decorre da regra de que entre duas alternativas de mensuração e reconhecimento de eventos, igualmente válidas, deve-se escolher aquela que resulte na menor avaliação do patrimônio.

Estudos para identificar a associação entre as práticas de conservadorismo e a qualidade dos resultados contábeis geralmente utilizam o modelo Reverso de Lucro Associados a Retornos, desenvolvido por Basu em 1997. O modelo tem como base os reflexos da defasagem temporal entre o reconhecimento tempestivo de receitas e despesas no retorno econômico (conservadorismo condicional). O modelo parte da premissa de que o conservadorismo na Contabilidade caracteriza-se como o reconhecimento mais oportuno de más notícias sobre os fluxos de caixa do que de boas notícias. Para testar o modelo, Basu (1997) investigou todas as companhias que negociavam títulos na Bolsa de Nova Iorque entre 1963 e 1990, com o objetivo de analisar o reconhecimento assimétrico de boas e más notícias e o modo como o lucro incorpora o retorno econômico, utilizando como *proxy* de boas e más notícias o retorno positivo e negativo anual da ação.

Os resultados mostram que os ganhos foram de 2 a 6 vezes mais sensíveis a retornos inesperados negativos em relação aos retornos inesperados positivos. Dado o caráter longitudinal do estudo, pôde-se verificar que a prática de conservadorismo se tornou mais constante ao longo do período estudado, fenômeno este justificado como uma reação ao aumento da responsabilidade legal dos auditores. O modelo matemático de Basu (1997) se tornou um marco para as investigações empíricas sobre o conservadorismo (COELHO; LIMA, 2007), sendo observada sua aplicação no desenvolvimento de estudos posteriores para a análise do conservadorismo a partir da utilização de outras *proxies*, objetivando um maior entendimento acerca dessa prática e seus reflexos sobre o mercado acionário.

Pope e Walker (1999) utilizaram o modelo proposto por Basu (1997) para comparar as diferenças na oportunidade de reconhecimento dos lucros nos Estados Unidos e na Inglaterra em empresas listadas no período de 1976 a 1996, apresentando um modelo formal em que a resposta do lucro contábil às mudanças no valor de mercado da empresa varia consoante as mudanças estarem relacionadas às boas e más notícias. Observaram que o emprego do conservadorismo no reconhecimento do lucro entre empresas americanas e inglesas é sensível à inclusão ou exclusão de itens extraordinários nos lucros contábeis. Os resultados evidenciaram que as empresas inglesas reconhecem as más notícias mais rapidamente se esses itens forem incluídos após a divulgação do lucro contábil.

Ball, Kothari e Robin (2000) investigaram a influência do modelo legal no nível de conservadorismo praticado no reconhecimento do lucro em sete países. Argumentam que a influência política na determinação de normas contábeis pode acarretar na diminuição da demanda por informações contábeis oportunas e conservadoras, aumentando a demanda por lucros com baixa volatilidade. Os achados demonstram que nos países classificados como *Code-law* o lucro contábil é substancialmente mais constante e menos conservador na incorporação de mudanças correntes no valor de mercado em comparação aos países classificados como *Common-law*, o que contradiz os resultados encontrados por Lara e Mora

(2004), onde países *Code-law* apresentaram demonstrações mais conservadoras. Os resultados também apontaram que entre os países classificados como *Code-law*, os Estados Unidos apresenta resultados contábeis conservadores menos assimétricos. Uma pesquisa adicional realizada pelos autores em uma amostra de 18 países confirma que as propriedades do lucro contábil em todo o mundo é uma função das diferentes demandas pela divulgação de lucros satisfatórios sob diferentes arranjos institucionais, em outras palavras, o contexto institucional em que o país está inserido influencia as propriedades do lucro contábil.

Lubberink e Huijgen (2000) investigaram a relação entre as preocupações dos gestores com sua própria riqueza e o grau de conservadorismo nos lucros divulgados à luz do modelo desenvolvido por Basu (1997). De acordo com os autores, o conservadorismo exerce um papel importante sobre os lucros, pois reduz a probabilidade da existência de conflitos sobre a distribuição de fluxo de caixa de uma empresa entre as partes associadas a ela. Neste sentido, as preocupações dos gerentes com sua própria riqueza determinam o grau de conservadorismo nos lucros, uma vez que os mesmos almejam a redução de sua riqueza à exposição aos fatos que possam reduzi-la. Os resultados confirmam a hipótese de que as preocupações dos gerentes determinam o grau de conservadorismo. O estudo demonstrou que gerentes avessos aos riscos reportam lucros mais conservadores do que gerentes menos avessos ao risco. Assim como evidenciado no trabalho de Basu (1997), o estudo demonstra um aumento das práticas de conservadorismo no lucro durante o período de 1983 a 1995. Uma explicação ao aumento do conservadorismo estaria atrelada a reação racional dos gestores à pressão externa por relatórios de desempenho mais objetivos ou verificáveis.

Ball e Shivakumar (2005) estudaram as diferenças na oportunidade de reconhecimento de perdas nos relatórios de empresas públicas e privadas da Inglaterra no período de 1989 a 1999. Constataram que a diferença na oportunidade ocorre tanto nos testes de qualidade baseado nos ganhos assim como nos *accruals*. Os resultados evidenciaram que a qualidade média dos ganhos é sensivelmente menor nas empresas inglesas privadas do que nas empresas públicas, apesar de serem auditadas em conformidade com as mesmas normas.

Costa, Costa e Lopes (2006) analisaram como o lucro contábil incorpora o retorno econômico na Argentina, no Brasil, na Colômbia, no Peru e na Venezuela e como a assimetria no reconhecimento de boas e más notícias (conservadorismo) vem sendo utilizado no processo de reconhecimento do retorno econômico sobre o lucro contábil no período compreendido entre 1995 e 2001. Os autores utilizaram regressões com técnicas combinando os dados de séries temporais com dados de corte para o tratamento estatístico. Os achados confirmam que o conservadorismo está presente no processo de reconhecimento do retorno econômico pelo lucro contábil em todos os países estudados. Verificou-se uma baixa relação entre lucro corrente e retorno corrente, corroborando em linhas gerais a literatura que investiga a influência política na contabilidade. Não obstante, observa-se um reconhecimento maior dos resultados negativos em relação ao reconhecimento do retorno como um todo, caracterizando a presença de conservadorismo

Coelho e Lima (2007) realizaram um estudo a partir das demonstrações das sociedades por ações brasileiras a fim de investigar a presença de conservadorismo condicional e de examinar se tal presença estaria condicionada à existência de signos que indicassem prováveis perdas futuras. Os dados de 2833 empresas do período de 1995 a 2005 foram coletados junto à SERASA. Os resultados indicaram que o atributo do conservadorismo condicional não se encontra nos resultados contábeis pesquisados. Explicam que não há persistência no nível de lucro tanto após experimentar um aumento quanto uma redução no lucro antecedente e esses comportamentos não são consistentes com o reconhecimento tempestivo assimétrico,

confirmando a hipótese de que os gestores das empresas em questão não praticam o conservadorismo condicional.

Santos e Costa (2008) utilizaram o modelo de Basu (1997) para investigar o nível de utilização do conservadorismo e como o resultado contábil elaboradas segundo os Princípios Contábeis Geralmente Aceitos brasileiros (PCGAs) e USGAAP, está associado ao retorno econômico da ação de companhias brasileiras listadas na Bovespa no período de dezembro de 1992 a junho de 2004 com ADRs na Bolsa de Nova Iorque. A amostra final foi composta por 33 companhias brasileiras. A hipótese do estudo foi que as demonstrações elaboradas segundo o USGAAP são mais conservadoras, o lucro contábil em US GAAP incorpora mais significativamente o retorno econômico e a parcela não explicada pelo lucro contábil em BRGAAP incorpora o retorno econômico de junho e o reconhecimento assimétrico de boas e más notícias. Conclui-se que, em relação à primeira hipótese, não foi possível afirmar que o nível de utilização do conservadorismo é maior para as demonstrações com configuração contábil em US GAAP para as empresas pesquisadas. No consoante à segunda hipótese os resultados demonstraram que os coeficientes que refletem o reconhecimento assimétrico do retorno econômico pelo lucro contábil não se apresentam significativos em relação às ações ordinárias. Com relação à terceira hipótese, concluiu-se que a diferença temporal de publicação dos resultados contábeis pode ocasionar maior oportunidade ao lucro contábil segundo as normas brasileiras. Em linhas gerais, inferiram que o GAAP pode não ser o centro de discussão com relação ao conservadorismo praticado por empresas brasileiras.

Almeida, Costa e Scalzer (2008) analisaram as possíveis diferenças no grau de conservadorismo praticado entre empresas que compunham os níveis diferenciados de governança corporativa e pelas demais empresas listadas na Bovespa e que não faziam parte de tais níveis no período de 2000 a 2004. Os autores buscaram relacionar o conservadorismo à governança corporativa devido à possibilidade do emprego de uma maior quantidade de mecanismo de transparência exigido por esta poder influenciar a divulgação de informações mais conservadoras ao mercado. Foi constatado que o conservadorismo está presente no processo de reconhecimento do retorno econômico pelo lucro contábil no mercado acionário brasileiro, havendo indícios de que as empresas listadas nos níveis diferenciados de governança corporativa divulgaram informações contábeis mais conservadoras, sendo, portanto, possível observar que a governança corporativa influencia o grau de conservadorismo praticado pelas empresas do mercado acionário brasileiro. Os resultados vão de encontro aos achados da pesquisa de Coelho e Lima (2008), sendo estes inconclusivos. Moreira e Colauto (2010) também não obtiveram indícios de maior qualidade informacional pelas empresas listadas nos níveis de governança no período de 2005 a 2007, por meio da aplicação do modelo de Ball e Shivakumar (2005), o que demonstrou não haver evidências de maior grau de conservadorismo nos resultados contábeis divulgados.

Lima, Fonseca e Brito (2009) observaram que as pesquisas sobre conservadorismo até então não haviam englobado as instituições financeiras. Tendo em vista esta lacuna, os autores investigaram a presença de atributos de conservadorismo condicional expressos pelo reconhecimento oportuno de perdas econômicas em relação aos ganhos, em uma amostra formada por 52 bancos (33 com capital aberto e 19 com capital fechado) que compreendiam as instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central Português, cujas demonstrações financeiras foram divulgadas no período de 2000 a 2007. O objetivo do estudo consistiu em examinar se os resultados reportados pelos bancos atuantes em Portugal apresentavam atributos de conservadorismo condicional e se o grau de conservadorismo era diferenciado entre bancos de capital fechado e bancos de capital aberto. Os resultados revelaram não haver evidências da presença de conservadorismo condicional nos resultados contábeis reportados nas demonstrações financeiras analisadas. Aplicou-se o modelo de Ball e

Shivakumar (2005) para analisar possíveis diferenças no grau de conservadorismo entre as instituições de capital aberto e de capital fechado, donde não foi possível afirmar tal discrepância, uma vez que o modelo não apresentou diferença estatística significativa.

Kaiser *et al.*, (2009) utilizaram o modelo de Basu (1997) para testar a proposição realizada por Watts (1993) de que a regulamentação afeta direta e indiretamente as divulgações das demonstrações contábeis, incentivando a prática de conservadorismo pelos administradores. Para testar esta hipótese os autores selecionaram o setor elétrico brasileiro (com forte regulamentação contábil específica) de modo a investigar se as empresas deste setor apresentavam diferença na aplicação do conservadorismo em relação às empresas brasileiras de outros setores cuja regulamentação contábil não é específica. A amostra final foi composta por um total de 2250 observações, sendo 309 observações referentes ao grupo de empresas que compunha o setor elétrico e 1941 observações relativas ao grupo de empresas formado pelos demais setores, do qual se excetuam as empresas de transporte terrestre e financeiro. Os resultados obtidos a um nível de significância de 5% revelaram não haver indícios de conservadorismo nas empresas classificadas como “outros setores”, por outro lado foi constatada a prática de conservadorismo nas empresas do setor elétrico, levando os autores a não rejeitar a hipótese de que a incidência de regulamentação contábil específica pode influenciar a elaboração do lucro contábil divulgado, e por consequência, a prática do conservadorismo.

Moreira, Colauto e Amaral (2010) analisaram o reflexo do Conservadorismo Condicional no resultado contábil a partir de variáveis econômicas por meio da aplicação do Modelo Reverso de Lucros Associados a Retornos e pelo modelo proposto por Kahn e Watts (2009). Os autores buscaram verificar o impacto de um evento econômico no reconhecimento assimétrico do resultado econômico de duas amostras distintas, uma contendo 58 empresas listadas nos níveis diferenciados de governança corporativa e outra com 38 empresas que não compunham os níveis. Os resultados confirmaram a utilização de conservadorismo condicional para ambas as empresas, não apresentando significância estatística entre as amostras analisadas.

Almeida *et al.*, (2011) investigaram a possibilidade das práticas de suavização dos lucros interferirem o conservadorismo condicional das companhias abertas brasileiras. A análise proposta se demonstrou oportuna, pois segundo Castro (2008, p. 33) “a literatura mais recente apresenta claramente o alisamento como uma estratégia particular de gerenciamento de resultados” o qual “tem sido na última década um dos fenômenos mais documentados tanto em publicações acadêmicas, como na mídia financeira e documentos oficiais preparados pelos órgãos emissores da normativa contábil” (CASTRO, 2008, p. 15). Argumenta que os investidores são avessos a dispersão de resultados de uma empresa, por isso há um interesse por parte dos gestores em reduzir a variabilidade dos resultados da empresa. Tal afirmativa corrobora os resultados encontrados por Moreira e Colauto (2010) que evidenciam o comportamento contínuo dos lucros por meio de uma distribuição gráfica dos resultados divulgados pelas empresas analisadas.

Almeida *et al.*, (2011) utilizaram o modelo de Eckel (1981) para a classificação e segregação da amostra em companhias abertas suavizadoras e não suavizadoras de resultados, e o modelo Basu (1997) para medir o conservadorismo condicional. A hipótese levantada é de que as companhias abertas que não suavizam os resultados são mais conservadoras em comparação às companhias abertas suavizadoras de resultado. O objeto de estudo foi composto por todas as companhias abertas com ações negociadas na BM&FBovespa durante o período de 1997 a 2009. A hipótese levantada pelo estudo foi confirmada, constatando-se que as empresas que menos suavizam o resultado por meio de seu gerenciamento possuem

maior oportunidade no reconhecimento das perdas econômicas futuras representadas pelo reflexo do reconhecimento oportuno das más notícias no lucro.

Antunes (2011) investigou se a mudança em uma variável do modelo Basu (1997) alteraria sua capacidade empírica de analisar o conservadorismo contábil. Para tanto, utilizou o retorno anormal negativo como *proxy* para as más notícias do mercado acionário na especificação da variável *dummy* do modelo argumentando que “um retorno simples positivo também pode significar má notícia, caso este esteja inferior ao retorno considerado normal” (ANTUNES, 2011, p. 3). Neste sentido, as hipóteses levantadas pela pesquisa são de que a aderência dos dados (R<sup>2</sup>) e o coeficiente de conservadorismo ( $\alpha_3$ ) gerado pelo modelo original de Basu (1997) são diferentes dos resultados obtidos em sua versão com retorno anormal. Os testes empíricos foram realizados a partir de duas amostras de empresas. A primeira constituída por empresas brasileiras e a segunda por empresas dos Estados Unidos, cujas informações do período de dezembro de 2005 a abril de 2008 estavam disponíveis para acesso no Economática. Os dados foram regredidos individualmente e em conjunto.

Obteve-se que os valores de R<sup>2</sup> apurados nos dois modelos apresentaram uma diferença média absoluta de apenas 0,4 pontos percentuais, rejeitando a primeira hipótese levantada pelo estudo. A segunda hipótese também é rejeitada para a amostra de empresas brasileiras, uma vez que a diferença no grau de conservadorismo apurado no modelo original e no modelo modificado foi de apenas 0,37. Situação semelhante foi obtida para as empresas dos Estados Unidos, sendo ambas as hipóteses rejeitadas pela ausência de significância estatística. A partir de tais resultados Antunes (2011) concluiu que a substituição de especificações conceitualmente diferentes, representadas por retorno simples ou anormal, da variável *dummy* presente no modelo de Basu (1997) geram resultados empíricos cujas diferenças não são estatisticamente significativas.

Apesar da revisão bibliográfica acerca do modelo de Basu (1997) ter resultado em um conjunto amplo de estudos que investigaram o impacto de um *rol* extenso de variáveis na prática do conservadorismo contábil, incluindo o contexto institucional, a distribuição dos fluxos de caixa, governança corporativa, alisamento do lucro, retornos anormais, impacto de ambientes altamente regulamentados, constituição jurídica; esta pesquisa consiste na continuidade do estudo proposto por Santos *et al.* (2011), averiguando a persistência do conservadorismo condicional após a reforma da Lei 6.404/76 em 2007.

### 3 METODOLOGIA

O estudo examina os reflexos da Lei 11.638/2007 sobre o conservadorismo nas demonstrações contábeis das empresas brasileiras de capital aberto. Para atingir o objetivo proposto, foi mensurado o conservadorismo contábil nos três trimestres imediatamente anteriores a obrigatoriedade da divulgação das demonstrações contábeis com o atendimento completo de todos os Pronunciamentos Contábeis, e três trimestres após a obrigatoriedade das empresas brasileiras divulgarem suas demonstrações atendendo completamente as novas normas contábeis. A obrigatoriedade da divulgação completa foi exigida pela CVM para as demonstrações contábeis entregues em 31 de dezembro de 2010.

Para testar empiricamente o conservadorismo condicional, foi utilizado o modelo aplicado por Santos *et al.* (2011) a partir do ajuste da equação desenvolvida originalmente por Basu (1997). O modelo desenvolvido por Basu (1997) analisa o conservadorismo contábil por meio do retorno Contábil e de sua associação com o retorno das ações, representando a informação analisada pelo mercado, na figura dos investidores. Basu (1997) investigou o comportamento do lucro contábil e do retorno econômico no período de 1963 a 1990,

buscando identificar se o retorno econômico refletia as más notícias (*bad news*) mais rapidamente que as boas notícias (*good news*). Como *proxy* para as más e boas notícias, utilizou o retorno das ações, de forma que os retornos positivos da ação representam boas notícias e retornos negativos da ação representam as más notícias. De acordo com Basu (1997) as empresas reconhecem mais oportunamente as perdas econômicas (más notícias) nos seus resultados contábeis, do que os ganhos econômicos (boas notícias). A equação do modelo original é expressa por:

$$\frac{X_{it}}{P_{it-1}} = \alpha_0 + \alpha_1 DR_{it} + \beta_0 R_{it} + \beta_1 R_{it} DR_{it} + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

Em que,

$X_{it}$  é o resultado contábil (lucro ou prejuízo) por ação da empresa  $i$  no ano  $t$ ;

$P_{it-1}$  é o preço da ação da empresa  $i$  no ano  $t-1$ ;

$\alpha_0$  termo do intercepto;

$DR_{it}$  variável *dummy* que assume 1 se o retorno econômico for  $< 0$ , e 0 para os demais casos;

$R_{it}$  retorno econômico da ação da empresa  $i$  no ano  $t$ ;

$R_{it}DI$  variável *dummy* multiplicada pelo retorno econômico;

$\varepsilon_{it}$  termo de erro da regressão.

Santos *et al.* (2011) testaram o efeito da Lei 11.638/07 no conservadorismo condicional para o período compreendido entre o primeiro trimestre de 2005 e o terceiro trimestre de 2009. Os autores incluíram uma variável *dummy* no Modelo de Basu (1997), que assumiu o valor 1 para os trimestres posteriores a emissão da Lei 11.638/07 e 0 para os anteriores, com o objetivo de capturar o efeito da mudança no conservadorismo após a

obrigatoriedade da divulgação das demonstrações contábeis e uma variável para representar informações sobre lucro por ação e retorno econômico trimestralmente, .

A equação modificada utilizada no estudo apresenta como variável *dummy* os trimestres posteriores a divulgação das demonstrações contábeis do 4º trimestre de 2010, uma vez que o conjunto completo de CPCs foi exigido pela CVM para todas as empresas de capital aberto nesse período. A equação é expressa a seguir:

$$\frac{X_{it}}{P_{it-1}} = \alpha_0 + \alpha_1 DR_{it} + \beta_0 R_{it} + \beta_1 R_{it} DR_{it} + \beta_2 DT_{it} + \beta_3 DT_{it} R_{it} DR_{it} + \varepsilon_i \quad (2)$$

Em que,

$P_{it-1}$  é o último preço disponível da ação da empresa  $i$  no período de 15 dias imediatamente posteriores ao prazo final de divulgação das informações contábeis do trimestre anterior ( $t-1$ ). Os preços foram ajustados pelos pagamentos de dividendos;

$\alpha_0$  termo do intercepto;

$DR_{it}$  variável *dummy* que assume 1 se o retorno econômico for  $< 0$ , e 0 para os demais casos;

$R_{it}$  retorno econômico da ação da empresa  $i$  no trimestre  $t$ . Para o cálculo do retorno, é considerado  $(P_{it} - P_{it-1}) / P_{it-1}$ , sendo que  $P_{it}$  é o último preço disponível da ação da empresa  $i$  no período de 15 dias imediatamente posteriores ao prazo final de divulgação das informações contábeis do trimestre atual ( $t$ );

$R_{it}DR$  variável *dummy* multiplicada pelo retorno econômico;

$DT_{it}$  variável *dummy* que assume 1 para o 4º trimestre de 2010 e para o 1º e 2º trimestre de 2011. Para o 1º, 2º e 3º trimestre de 2010 a variável *dummy* assume 0;

$DT_{it}R$  representa a variável *dummy* de trimestre multiplicada pela interação entre a variável *dummy* de retorno negativo e retorno econômico;

$\varepsilon_{it}$  termo de erro da regressão.

O parâmetro  $\alpha_0$  representa o intercepto e é inerente ao modelo estatístico, não possuindo significado na análise econômica e teórica. O coeficiente  $\alpha_1$  é uma variável *dummy* que mensura a velocidade do reconhecimento do retorno econômico pelo resultado contábil. Verificará a

sensibilidade do lucro contábil, indicando se ele é mais sensível aos resultados negativos do que aos resultados positivos. O sinal esperado para a variável  $\alpha_i$  é negativo e valores maiores e mais significativos indicam que a informação contábil é transmitida em tempo hábil.

O coeficiente  $\beta_0$  segundo Costa, Costa e Lopes (2006), captura o reconhecimento positivo e negativo, em conjunto, do retorno econômico pelo lucro contábil, refletindo a oportunidade do lucro contábil no reconhecimento do retorno econômico. O coeficiente com sinal positivo revela uma associação direta entre o lucro contábil e o retorno das ações. Retorno positivo reflete lucro positivo e retorno negativo reflete lucro negativo. O coeficiente  $\beta_1$  captura o resultado negativo da empresa, decorrente das escolhas de regras e práticas contábeis. O coeficiente  $\beta_1$  captura o conservadorismo condicional, representado pelo reconhecimento assimétrico de perdas econômicas (resultado negativo) em relação aos ganhos. É esperado que o sinal seja positivo, o resultado positivo e significativo indica que o resultado contábil reflete mais oportunamente os retornos negativos do que positivos, indicando a presença do conservadorismo.

Os coeficientes  $\beta_2$  e  $\beta_3$  foram incluídos no modelo no estudo de Santos *et al.* (2011). O coeficiente  $\beta_2$  busca capturar o efeito das mudanças introduzidas pela Lei 11.638/2007 no nível do conservadorismo, por meio de uma *dummy* indicando 1 para os trimestres após a implantação completa da Lei e o coeficiente  $\beta_3$  busca capturar a magnitude do conservadorismo sob a presença do padrão contábil estabelecido a partir da Lei 11.638/2007. Santos *et al.* (2011) indicam que o valor para ambos os coeficientes deve ser positivo e estatisticamente significativo no caso de aumento do conservadorismo, após a referida lei.

Os dados necessários para a realização das regressões foram coletados junto ao banco de dados Economática©. As informações são relativas às companhias de capital aberto, listadas e ativas na BM&FBovespa no período compreendido entre janeiro de 2010 e agosto de 2011, excluídas as companhias pertencentes ao setor denominado de Finanças e Seguros pelo Economática©. O critério para composição da amostra se deu em função da disponibilidade das informações no período, logo, a amostra foi composta por empresas que divulgaram as demonstrações contábeis trimestralmente durante todo o período compreendido pelo estudo. A ausência de informação implicou na exclusão da empresa da amostra, uma vez que o modelo utilizado não permite a presença de *missing cases*. A amostra foi composta de 172 empresas, as quais atenderam todos os requisitos.

Foram coletadas as informações sobre o preço das ações ordinárias no período pesquisado e as informações contábeis relativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas. O lucro contábil e o retorno foram medidos em escala pela divisão dos respectivos valores pelo preço da ação no período imediatamente anterior. A divisão do lucro e do retorno pelo preço da ação também é utilizada para o controle da heterocedasticidade.

Como técnica estatística utilizou-se a análise de dados em painel com efeitos fixos, definido por meio dos testes de Hausman e Breusch-Pagan, Os testes de Hausman e Breusch-Pagan comparam os modelos *Polled*, Efeitos Fixos e Efeitos Aleatórios, indicando o adequado. O *software* utilizado para rodar os dados em painel foi o *software* Stata, versão 11. Foram verificados os *outliers* e excluídos ao nível de 2,5% inferiores e superiores, repetindo o procedimento até resultar na normalidade dos resíduos. Após a correção dos *outliers*, a amostra final foi composta de 155 empresas em 930 observações.

#### 4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Na Tabela 1 apresentam-se os resultados da regressão de dados em painel com efeitos fixos para a amostra de 169 empresas de capital aberto listadas na BM&FBovespa que continham dados referentes ao lucro líquido e preço das ações ordinárias no período compreendido pelas divulgações das demonstrações contábeis do 1º trimestre de 2010 ao 2º trimestre de 2011. Foram estimados os coeficientes  $\alpha_0$ ,  $\alpha_1$ ,  $\beta_0$  e  $\beta_1$ , referentes ao modelo original de Basu (1997) e os coeficientes  $\beta_2$  e  $\beta_3$ , adicionados ao modelo por Santos *et al.*, (2011) para capturar o efeito do conservadorismo nos trimestres.

**Tabela 1:** Regressão de acordo com o modelo modificado de Basu (1997)

Variáveis	Lucro Líquido Por Ação			
	Coefficiente	Estatística t	P-valor	Significância
$\alpha_0$	0,0203253	27,49	0,0000	***
$\alpha_1$	-0,0008931	-0,8510	0,3950	
$\beta_0$	0,0002969	0,1121	0,9110	
$\beta_1$	0,0368281	4,281	0,0000	***
$\beta_2$	-0,0043107	-5,064	0,0000	***
$\beta_3$	-0,0331439	-3,822	0,0000	***
$R^2 = 0,0819$				

\*\*\* - nível de significância de 1%.

De acordo com os resultados encontrados, o coeficiente  $\alpha_0$  mostrou-se estatisticamente significativo ao nível de 1%. O coeficiente  $\alpha_0$  representa o intercepto da equação, mas, para a análise do conservadorismo dos resultados das empresas pesquisadas não possui significado e sua interpretação não faz sentido. Para o coeficiente  $\alpha_1$ , que busca medir o conservadorismo das empresas, os resultados indicam sua não significância estatística, o que não caracteriza o conservadorismo, embora apresente o sinal negativo, como foi preconizado por Basu (1997).

O coeficiente  $\beta_0$  não apresentou significância estatística no modelo. O sinal esperado positivo foi confirmado, indicando que existe uma associação entre o lucro contábil e o retorno das ações. Muito embora o coeficiente tenha apresentado valor baixo, indicando uma associação fraca, Costa, Costa e Lopes (2006) explicam que o coeficiente com sinal positivo indica a associação direta em que o retorno positivo reflete o lucro positivo e retorno negativo reflete lucro negativo.

A análise do coeficiente  $\beta_1$  indica significância estatística ao nível de 1% nas empresas que compõem a amostra pesquisada. O coeficiente  $\beta_1$  reflete o conservadorismo contábil, por meio do reconhecimento assimétrico do retorno econômico da ação da companhia pelo lucro contábil. A significância estatística e o sinal positivo encontrado corroboram os resultados encontrados por Basu (1997), em que as más notícias são incorporadas mais rapidamente pelo mercado e essas por sua vez derivam-se do conservadorismo adotado pela companhia, na utilização de regras e procedimentos contábeis que exigem um maior grau de verificação para reconhecer os ganhos, sinal de boa notícia, do que reconhecer as perdas, sinal de má notícia. O resultado evidencia o conservadorismo condicional no lucro das empresas ao nível de significância de 1%, sendo semelhante aos achados das pesquisas realizadas por Costa, Costa e Lopes (2006), Almeida, Scalzer e Costa (2008), Kaizer *et al.*, (2009), Moreira, Colauto e Amaral (2010) e Antunes (2011), cujos estudos indicaram haver evidências de conservadorismo condicional no lucro contábil das companhias brasileiras.

Os resultados encontrados para os coeficientes  $\beta_2$  e  $\beta_3$ , adicionados ao modelo de Basu (1997) para capturar o efeito do conservadorismo condicional sobre o lucro contábil trimestral, mostraram-se estatisticamente significativos ao nível de 1%, diferentemente dos resultados alcançados pelo estudo de Santos *et al.*, (2011), onde o coeficiente  $\beta_3$  não obteve significância estatística no modelo, confirmando a hipótese de que o grau de conservadorismo não apresentava alteração após a vigência da Lei nº 11.638/07.

O presente estudo, ao utilizar o 4º trimestre de 2010 e o 1º e 2º trimestre de 2011 como períodos pós vigência da Lei nº 11.638/07, com a adoção completa pelas empresas de todos os Pronunciamentos Contábeis em suas demonstrações contábeis, encontrou significância estatística, indicando que nos referidos trimestres o conservadorismo sofreu alterações. No entanto, o sinal encontrado foi negativo, ao contrário do sinal esperado pelo estudo de Santos *et al.*, (2011), indicando que o conservadorismo diminuiu após a obrigatoriedade da adoção completa das novas normas contábeis para as companhias de capital aberto listadas na BM&FBovespa. O resultado encontrado corrobora o estudo realizado por Piot, Dumontier e Janin (2011) em 5.000 empresas européias de 22 países, ao investigar o conservadorismo contábil antes e depois da adoção das normas internacionais emitidas pelo IASB. Analisando o período de 2001 a 2008, encontraram evidências que o conservadorismo condicional decresceu após a implantação das IAS/IFRS, principalmente em empresas que são auditadas pelas *Big four*.

Com a adoção das normas internacionais nas demonstrações contábeis brasileiras, as informações devem passar a atender os pressupostos e características qualitativas elencadas no Pronunciamento Conceitual Básico. Uma das principais características qualitativas é que as informações sejam contabilizadas observando-se sua essência econômico em detrimento de sua forma jurídica, quando divergentes. Nestas condições, a Contabilidade se afasta do conservadorismo, pois conceitualmente a forma jurídica é uma denotação do conservadorismo quando utiliza-se de regras que não respeitam a essência econômica dos fatos.

Ao afastar-se do caráter conservador, as normas contábeis exigem que métodos de julgamento devam ser utilizados para que as informações contábeis reflitam fidedignamente as operações da companhia. Ao mesmo tempo que as normas internacionais (e consequentemente as normas do CPC) podem ser vistas como menos regradas, sem a clara definição de como deve ser evidenciado cada um dos seus ítems, é necessário destacar que quando essas impõem que a realidade econômica da empresa prevaleça e seja traduzida em seus números (essência sobre a forma), deve ser interpretada como uma regra mais ampla. Dessa forma, pode-se também visionar que as normas internacionais impõem a necessidade de maior evidenciação, ainda que não estejam totalmente detalhadas, mas, por meio da figura da percepção e julgamento do contador.

## 5 CONCLUSÃO

A convergência das práticas contábeis aos padrões internacionais, que no Brasil tem como marco regulatório a promulgação da Lei 11.638/2007, refletiu-se de forma substancial nas práticas e padrões Contábeis adotados pelas empresas, consubstanciando o pressuposto de alteração do conservadorismo identificado pelo reconhecimento oportuno de más notícias em relação às boas notícias no retorno econômico das ações. Mediante este cenário a pesquisa teve como objetivo investigar o reflexo do conservadorismo condicional na qualidade do lucro contábil *ex post* a promulgação da Lei 11.638/07 em companhias de capital aberto listadas e ativas na Bovespa no período compreendido entre janeiro de 2010 e agosto de 2011. Os achados indicam alta existência de conservadorismo condicional nas demonstrações contábeis das empresas investigadas a um nível de significância de 1%, confirmando a

utilização de regras e procedimentos contábeis que exigem um maior grau de verificação para reconhecer os ganhos, do que reconhecer as perdas, em conformidade com os resultados obtidos por Basu (1997), Costa, Costa e Lopes (2006), Almeida, Scalzer e Costa (2008), Kaizer *et al.*, (2009), Moreira, Colauto e Amaral (2010) e Antunes (2011).

Os resultados apontaram ainda significância estatística para os coeficientes que capturam o efeito do conservadorismo condicional sobre o lucro contábil trimestral ( $\beta_2$  e  $\beta_3$ ), indicando que o conservadorismo diminuiu após a obrigatoriedade da adoção completa das novas normas contábeis para as companhias de capital aberto listadas na BM&FBovespa, uma vez que o sinal obtido para o coeficiente, ao contrário do que se espera, foi negativo e não positivo, contrariando os achados de Santos *et al.*, (2011) cujo estudo não identificou significância estatística para esta variável, arguindo não haver conservadorismo nas demonstrações compreendidas entre o primeiro trimestre de 2005 até o terceiro trimestre de 2009.

Os resultados surpreendem em função da redução substancial na consideração dos eventos econômicos provenientes do Conservadorismo Condicional pós vigência da Lei 11.638/07. Os achados mostram significância estatística nos resultados do 4º trimestre de 2010 e no 1º e 2º trimestre de 2011 e denota que o lucro contábil é capaz de capturar o conservadorismo condicional por meio do reconhecimento assimétrico do retorno econômico da ação da companhia pelo lucro contábil. Em linha com os achados desta pesquisa, a Audiência Pública nº 12/2011 foi colocada em discussão pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis tratando especificamente da revisão do Pronunciamento Conceitual Básico, proposto pelo IASB, em sua constante busca pela revisão e adequação das normas à realidade contábil e econômica. O IASB propõe, em sua reforma do quadro conceitual, o abandono do princípio do conservadorismo em prol da neutralidade e da representação justa. A característica prudência (conservadorismo) anteriormente listada no Pronunciamento e caracterizada como as subavaliações de ativos e superavaliações de passivos foi retirada da condição de um aspecto da representação fidedigna por ser inconsistente com a neutralidade. Segundo o que os *Boards* mencionam nas Bases para Conclusões, esta resulta na contabilização dos registros de desempenho posteriores inflados, e, portanto é incompatível com a informação que pretende ser neutra (CPC, 2011).

Não obstante as contribuições do estudo, faz-se necessário destacar algumas limitações. O modelo desenvolvido por Basu (1997) originalmente aplicado na análise do conservadorismo contábil considera os dados anuais, enquanto que no estudo, foram utilizadas informações provenientes das divulgações trimestrais das companhias de capital aberto listadas na Bolsa. Adicionalmente, Santos *et al.*, (2010) ressaltam que as demonstrações intermediárias podem não conter todos os ajustes que as empresas incorporam nos seus relatórios anuais.

Como recomendações para estudos futuros sugerem-se a utilização de outros modelos para mensurar o conservadorismo contábil na janela proposta, de modo a confirmar ou refutar os achados; ampliar o período a ser investigado, com a utilização de um número maior de divulgações trimestrais, com a inclusão de variáveis de controle; bem como um estudo definitivo utilizando os dados das demonstrações anuais.

## REFERÊNCIAS

ADELBERG, Arthur Harris. *A methodology for measuring the understanding of financial reporting messages*. *Journal of Accounting Research*, v. 17, N. 2, 1979.

ALMEIDA, José Elias Feres de; *et al.* Conservadorismo e suavização de resultados no Brasil. **IN: 11º CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE** São Paulo/SP 28 e 29 julho de 2011.

ALMEIDA, Juan Carlos Goes de; SCALZER, Rodrigo Simonassi; COSTA, Fabio Moraes da. Níveis diferenciados de governança corporativa e grau de conservadorismo: estudo empírico em companhias abertas listadas na BOVESPA. **Revista de Contabilidade e Organizações**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 2, p. 118 - 131 jan./abr. 2008.

ANTUNES, Gustavo Amorim. Modelo de Basu: especificação diferente, mesmo resultado. **IN: III CONGRESSO ANPCONT, 2011.** Disponível em: <http://www.anpcont.com.br/site/docs/congressoIII/02/349.pdf>. Acesso em: 16/10/2011.

BRASIL. Lei no 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende as sociedades de grande porte disposicoes relativas a elaboracao e divulgacao de demonstracoes financeiras. *Diario Oficial [da Republica Federativa do Brasil]*, Brasilia, DF, v. 134, n. 249-A, 28 dez. 2007. Secao 1- Edicao Extra.

BALL, Ray J.; KOTHARI, S. P.; ROBIN, Ashok. *The effect of international factors on properties of accounting earnings.* **Journal of accounting and economics**, n.29, 2000.

BALL, Ray J.; SHIVAKUMAR, L. *Earnings quality in UK private firms: comparative loss recognition timeliness.* **Journal of accounting and economics**, n. 39, p. 83-128, 2005.

BASU, S. *The conservatism principle and the asymmetric timeliness of earnings.* **Journal of Accounting and Economics**, v. 24, n.1, p. 3-37, 1997.

BARTH, Mary E; LANDSMAN, Wayne R; LANG, Mark H. *International accounting standards and accounting quality.* **Journal of Accounting Research**, v. 46, n. 3 Jun. 2008.

CASTRO, M. A. R. **Análise do alisamento de resultados contábeis nas empresas abertas brasileiras.** Salvador, 2008. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Ciências Contábeis) – Faculdade de Ciências Contábeis - UFBA, 2008.

COELHO, A. C. D. **Qualidade informacional e conservadorismo nos resultados contábeis publicados no Brasil.** São Paulo, 2007. Tese (Doutorado em Contabilidade e Controladoria) – Pós-graduação em Contabilidade e Controladoria, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

COELHO, A. C. D.; LIMA, I. S. Qualidade informacional e conservadorismo nos resultados contábeis publicados no Brasil. **Revista Contabilidade e Finanças**, São Paulo, v. 18, n. 45, p. 38-49, set./dez. 2007.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. Conservadorismo nos resultados contábeis publicados no Brasil: comparação entre companhias de capital fechado e companhias de capital aberto. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 4, n. 2, p. 22-41, abr./jun. 2008.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Audiência Pública n.12/2011, Revisão do Pronunciamento Conceitual Básico. Disponível em: [http://www.cpc.org.br/mostraAudiencia.php?id\\_audiencia=83](http://www.cpc.org.br/mostraAudiencia.php?id_audiencia=83). Acesso em: 16/01/2012.

COSTA, F. M.; COSTA, A. C. O.; LOPES; A. B. Conservadorismo em cinco países da America do sul. **Revista Contabilidade e Finanças**, São Paulo, n. 41, p. 7-20, maio/ago. 2006.

HENDRIKSEN, Eldon; VAN BREDA, Michael F. **Teoria da Contabilidade.** São Paulo: Atlas, 1999.

- HORNGREN, Charles T. *Accounting for management, control*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1974.
- IJIRI, Yuji. *Theory of accounting measurement*. Sarasota: American Accounting Association, 1975.
- KAIZER, Carolina Viguini Cantarela *et al* .O Impacto da Regulamentação Contábil sobre o Conservadorismo nas Empresas do Setor Elétrico do Brasil. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, Brasília, v. 3, n. 1, art. 1, p. 1-24 jan/abr. 2009.
- LARA, J. M. G. G. e MORA, A. G. *Balance Sheet versus Earnings Conservatism in Europe*. *European Accounting Review*, v. 13, n. 2, p. 261–292, 2004.
- LIMA, Gerlando Augusto Sampaio Franco de; FONSECA, José Alberto Soares da; BRITO, Giovani Antonio Silva. Conservadorismo nos resultados contábeis dos bancos em Portugal. **IN: IX Congresso USP, 2009**.
- LOPES, Alexsandro Broedel. **A Informação Contábil e o Mercado de Capitais**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.
- LUBBERINK, Martien; HUIJGEN, Carel. *Cross-listing in US markets and conservatism: does type of listing matter?* 2005. Disponível em: [http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=803264](http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=803264). Acesso em: 20/10/2011.
- MOREIRA, Rafael de Lacerda; COLAUTO, Romualdo Douglas. Conservadorismo Condicional: Estudo a Partir do Reconhecimento Antecipado de Perdas Econômicas no Resultado. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 21, n. 4, p. 157-187, out./dez. 2010.
- MOREIRA, Rafael de Lacerda; COLAUTO, Romualdo Douglas; AMARAL, Hudson Fernandes. Conservadorismo condicional: estudo a partir de variáveis econômicas. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 21, n. 54, p. 64-84, setembro/dezembro 2010.
- PIOT, Charles; DUMONTIER, Pascal; JANIN, Rémi. *IFRS: consequences on Accounting conservatism within Europe*. **IN: CAA ANNUAL CONFERENCE, 2011**. Disponível em: [http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=1724635##](http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1724635##). Acesso em: 25/10/2011.
- POPE, Peter F.; WALKER, Martin. *International differences in the timeliness, conservatism and classification of earnings*. **Journal of accounting research** v. 37 p. 53-87, 1999.
- RIAHI – BELKAOUI, Ahmed. *The linguistic shape of accounting*. London: Quorum Books, 1995.
- SANTOS, L. S. R.; COSTA, F. M. Conservadorismo contábil e *timeliness*: evidências empíricas nas demonstrações contábeis de empresas brasileiras com ADRs negociados na Bolsa de Nova Iorque. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 19, p. 27-36, 2008.
- SANTOS, Luis Paulo Guimarães dos, *et al*. Efeito da Lei 11.638/07 sobre o conservadorismo condicional das empresas listadas BM&FBOVESPA. **Revista Contabilidade e Finanças**, São Paulo, v. 22, n. 56, p. 174-188, maio/jun./jul./ago. 2011.
- SARLO NETO, Alfredo. **A reação dos preços das ações à divulgação dos resultados contábeis: evidências empíricas sobre a capacidade informacional da contabilidade no mercado acionário brasileiro**. Vitória, 2004. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) - Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças.
- WATTS, R. L. *Conservatism in accounting – part I: explanations and implications*. **Simon School of Business Working Paper** No. FR 03-16, 2003 . Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=414522> or doi:10.2139/ssrn.414522. Acesso em: 21/10/2011.